



BRASILIANAS

William França

brasilianas.cm@gmail.com



Justiça dá prazo para DF agir contra crise climática e muda regras do licenciamento ambiental

Marcello Casal Jr/Agência Brasília



O aumento de queimadas no DF é consequência das mudanças climáticas

Decisão histórica reconhece omissão do poder público, impõe regulamentação e exige análise obrigatória de emissões nos estudos ambientais

A crise climática já impacta o Distrito Federal com aumento das temperaturas, redução das chuvas e maior risco de eventos extremos. Diante desse cenário - e em tempos de COP 30, realizada em Belém -, a Justiça do DF determinou mudanças profundas na forma como obras e empreendimentos serão licenciados.

No último domingo (16), a 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (Prode-ma) obteve liminar numa Ação Civil Pública, movida contra o Governo do DF e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Ibram).

A decisão, assinada pelo juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros, reconhece omissão histórica na aplicação da Política Distrital de Mudanças Climáticas e impõe prazos para regulamentação e inclusão obrigatória da variável climática nos processos de licenciamento ambiental.

Segundo o magistrado, o licenciamento ambiental é um “imperativo constitucional” (art. 225, § 1º, IV) e deve considerar impactos sobre as mudanças climáticas.

Ele destacou que a política distrital, criada há mais de uma



Divulgação/TJDFT

O juiz titular da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, Carlos Maroja

década, tem tido “pouca ou nenhuma efetividade”, especialmente na exigência de estudos sobre impacto climático em obras e empreendimentos.

“A emergência climática é uma realidade presente, e o desprezo às normas postas há mais de uma década impõe prejuízo não apenas à obediência política, mas também ao macrobem ambiental”, afirmou o juiz.

O magistrado citou como exemplo o “fomento ao rodoviário”, com expansão de vias asfaltadas e incentivo ao transporte individual, ignorando dados que mostram aumento de 16,14% nas emissões do transporte rodoviário entre 2005 e 2018.

“O direito pretendido é difuso e transgeracional. Deve

ser levado a sério”, concluiu o juiz Carlos Frederico Maroja, na sua decisão.

Para o promotor de Justiça Roberto Carlos Batista, da Prode-ma, a decisão é um marco para a efetivação das políticas climáticas locais: “É uma resposta necessária frente aos efeitos cada vez mais severos da crise climática, que já impactam a saúde da população, a segurança hídrica e alimentar, a biodiversidade e o bem-estar das gerações atuais e futuras”, afirmou.

Segundo o MPDFT, a liminar garante que novos empreendimentos considerem rigorosamente suas emissões e impactos, colocando o tema do clima no centro das análises ambientais.



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasi

As mudanças climáticas no DF causam insegurança hídrica e energética, já que o Cerrado abastece grandes bacias hidrográficas

Números da Crise Climática que mostram a urgência de seu enfrentamento no DF
Aquecimento acelerado
* A temperatura média anual subiu 1,6°C desde 1961.
* Em 2023, a média chegou a 22,2°C, contra 21,4°C histórica.
* Outubro é o mês com maior alta: +1,5°C, atingindo 23,1°C.
Menos chuva, mais seca
* Redução de 144 mm no volume anual de chuvas nos últimos 60 anos.
* Primavera registra atraso no início das chuvas, afetando reservatórios e aumentando risco de racionamento.
Eventos extremos
* Ondas de calor mais frequentes e incêndios florestais ameaçam áreas do Cerrado.
* Estresse hídrico já impacta agricultura e abastecimento urbano.
Impactos diretos no Cerrado
* Esse impacto é grave e multifacetado, com a perda de biodiversidade e maior risco de incêndios florestais, afetando ecossistemas únicos.
* Insegurança hídrica e energética, já que o Cerrado abastece grandes bacias hidrográficas e influencia 52% das unidades hidrelétricas do país.
Emissões de gases de efeito estufa
* Transporte é um dos maiores vilões: ônibus a diesel emitem 6 vezes mais que o metrô, e automóveis chegam a liberar 50 vezes mais.
* Inventário do Metrô-DF registrou 3.835 toneladas de CO ₂ em 2024, sendo 85,9% ligadas ao consumo de energia elétrica.
Impactos econômicos
* Crises hídricas e ondas de calor elevam custos de energia e reduzem produtividade agrícola.
* Estimativas apontam que eventos extremos podem gerar prejuízos milionários em infraestrutura e saúde pública.
* Vulnerabilidade de comunidades tradicionais e pressão sobre a produção agrícola e pecuária.

Conheça os principais pontos da decisão, impactos e prazos
Para o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) (prazo: 8 meses)
* Exigir inventário de emissões diretas e indiretas de Gases de Efeito Estufa nos licenciamentos.
* Condicionar licenças à adoção de medidas de mitigação ou compensação.
* Normatizar exigências das Leis Distritais nº 5.113/2013, 4.136/2008 e 4.797/2012.
Para o Governo do DF (prazo: 6 meses)
* Regularizar as mesmas leis, definindo critérios técnicos, padrões para inventários, medidas de mitigação, fiscalização e transparência.
* Integrar essas normas ao licenciamento ambiental e às políticas setoriais.
Descumprimento
* Multa diária de R\$ 1.000,00 e responsabilização pessoal das autoridades.
Comunicação
* Decisão será informada ao Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário, ligado ao Conselho Nacional de Justiça (OMA/CNJ).
Impactos diretos para obras e empresas
Licenciamento mais rigoroso
* Estudos climáticos passam a ser obrigatórios nos relatórios de impacto ambiental.
* Empreendimentos potencialmente emissores de gases de efeito estufa (GEE) terão de apresentar inventários detalhados de emissões diretas e indiretas.
Custos adicionais
* Empresas terão de investir em diagnósticos climáticos, consultorias especializadas e tecnologias para mitigação ou compensação das emissões.
* Obras públicas também terão de prever recursos para atender às novas exigências.
Condicionantes para aprovação
* Licenças só serão concedidas mediante comprovação das medidas de mitigação, contenção ou compensação das emissões.
* Projetos que não cumprirem os requisitos podem sofrer atrasos, multas e até suspensão.
Oportunidade de inovação
* Adequação às normas pode abrir portas para “financiamentos verdes”, certificações sustentáveis e maior competitividade no mercado.
Prazo para adaptação
* Regulamentação será concluída em até 6 meses pelo Governo do DF e em até 8 meses pelo Ibram.

Rapper do DF homenageada

Finalizando a Semana do Hip-Hop, Vera Verônica recebe Título de Cidadã Benemérita

Por Thamiris de Azevedo

A rapper Vera Verônica, pioneira no Hip Hop feminino do Distrito Federal, será homenageada com o título de Cidadã Benemérita na sessão solene que encerra a Semana do Hip Hop na Câmara Legislativa (CLDF).

A honraria reconhece, segundo a Casa, à sua notável trajetória artística, educacional e social, marcada pelo compromisso com a cultura, educação e a promoção da igualdade racial e de gênero na cidade.

Em entrevista ao Correio da Manhã, a artista recorda que iniciou sua trajetória musical nos anos 90 e tornou-se a primeira cantora de rap do DF a lançar um disco, em 2003, com

o álbum “Vera Verônica Canta MPB-Rap: Música para o povo brasileiro em ritmo e poesia”.

“O Hip Hop é mundialmente conhecido. Está completando 52 anos no globo, 42 anos no Brasil, dos quais 33 eu faço parte. Eu conheci o rap quando um amigo me emprestou uma fita cassete com diversas músicas, dentre elas a canção sub-raça de um grupo de rap da Ceilândia chamado Câmbio Negro. Aquilo explodiu minha cabeça. Foi revelador. Eu ouvi o que eu passava. A partir desse momento eu entendi que poderia contar a minha história também”, relata.

A cantora ressalta que sua trajetória musical sempre caminhou junto com a educação.

“Me formei como norma-

lista, depois fiz pedagogia, diversas pós-graduações, tenho mestrado, me tornei professora universitária, já fui consultora do Ministério da Educação... E nesse trajeto, levei por meio da educação a cultura Hip Hop para os centros de ensino. As minhas vivências foram se consolidando em um misto de educação, cultura e Hip Hop. É isso que me faz ser quem eu sou hoje”, afirma.

Consciência Negra

“Todas as minhas letras são voltadas à defesa dos direitos humanos. Eu sou uma mulher negra ativa nos movimentos sociais. O meu rap é a palavra cantada. Faço das minhas rimas um momento de denúncia e formação”, declara.

Vera destaca a relevância de novembro, ocasião em que são celebrados o Dia Nacional do Hip-Hop (12), a Semana do Hip-Hop na CLDF (12 à 19) e o Dia da Consciência Negra (20).

Ela informa ainda que, no dia 25, será realizada em Brasília a Marcha das Mulheres Negras. Por fim, ela conta que o convite para receber o título foi uma surpresa e afirma que pretende honrar a menção.

“Já fiz muito pela cultura e educação do DF. Me sinto merecedora e estou honrada em ser a primeira mulher da cultura hip hop a receber esse Título. Irei honrá-lo e continuarei sendo ativista da cultura em prol da não violência e discriminação”, diz.



Cris Souza

Título marca fim da Semana do Hip Hop na CLDF